

O CHINÊS VAI COMER PICANHA

Lula, durante a campanha eleitoral de 2022, prometeu com todas as letras que “o pobre voltaria a comer picanha”.

Depois de quase quatro anos de seu terceiro mandato, a picanha não se tornou apenas inacessível para os mais pobres, mas para toda a classe média brasileira, que, a essa altura, além de não ter picanha, corre gravíssimo risco de extinção.

A questão não é simplesmente apontar para a demagogia e a hipocrisia de Lula, que sabia o tempo todo que sua promessa era impossível de cumprir. O grande problema é que talvez a picanha esteja indo para outro prato à custa do suor de brasileiros.

Depois de construir refinarias na Bolívia, obras ferroviárias e siderúrgicas na Venezuela, e obras de saneamento na Argentina — lembrando que, no Brasil, o saneamento básico não é universalizado, com quase 90 milhões de brasileiros sem esgoto tratado —, parece que o PT, isolado na América Latina, não está mais fortalecendo seus “compañeros”, mas, no delicado momento geopolítico contemporâneo, está atuando como vassalo do Partido Comunista Chinês.

Além dos acordos para transacionar em moeda chinesa e do interesse de emitir panda bonds, Lula quer entrar para a WAICO — que está sendo chamada de OTAN da inteligência artificial, com sede em Xangai —, alinhando-se ao projeto de IA chinês. Mas parece igualmente interessado em garantir que o chinês coma picanha, com o agravante de fazê-lo utilizando os impostos pagos pelo brasileiro; essa é a relação ganha-ganha típica da diplomacia chinesa.

O Brasil é uma potência na produção de carne bovina, responsável por 25% da demanda global de carne, tendo a China como um de seus maiores compradores.

Nessa relação, a China aplica duas tarifas diferentes sobre a carne bovina brasileira — como é típico na relação ganha-ganha com a diplomacia chinesa —, variando conforme a quantidade exportada no ano. Existe um limite anual do volume de importação. Para toda a carne enviada dentro desse limite, o imposto cobrado na alfândega chinesa é de 12%. Quando as exportações brasileiras ultrapassam essa quantidade estipulada, a tarifa sobe para 55% sobre o volume que exceder a cota. A ideia inicial da tarifa é a proteção da nascente indústria de produção de carne bovina; essas taxas encarecem o produto importado além do limite, reduzindo o ritmo de novas compras e protegendo a produção dos pecuaristas locais chineses.

Contudo, é preciso ter em mente que a abertura de mercados na arena internacional é promovida pelos Estados: por mais que as indústrias nacionais sejam responsáveis pela produção, é a relação entre Estados que garante a abertura de mercado.

Com o bloqueio de exportações para a UE, o abalo nas relações diplomáticas entre EUA e Brasil e o claríssimo status preferencial da China nas relações internacionais, o produtor brasileiro deveria fazer a si mesmo a seguinte pergunta: e se o plano petista for manter seus mercados de exportação abertos apenas para a China e seus aliados?

Quem sabe o governo brasileiro não se importe em pagar essas taxas para seus aliados chineses; é uma forma de garantir que o chinês possa comer picanha, certo?

Sabendo que as relações comerciais entre países dependem da relação entre Estados, é preciso ter em mente a politização das relações diplomáticas. As relações comerciais não são mais simples trocas econômicas visando lucro, mas visam à segurança alimentar, à segurança energética e à manutenção do funcionamento de seus ecossistemas de desenvolvimento tecnológico e macroeconômico.

Nesse cenário, Lula não está buscando os interesses do Brasil, mas dando suporte incondicional ao projeto imperialista da China.

- **A promessa de prosperidade popular** converteu-se em um alinhamento diplomático subordinado que sacrifica o poder de compra interno em favor do projeto imperialista da China.
- **A aceitação passiva de tarifas protecionistas sobre a pecuária nacional** expõe a assimetria das relações internacionais e a disposição de subvencionar o mercado consumidor de Pequim.
- **O isolamento em relação às potências ocidentais** e a politização do comércio exterior subordinam a segurança alimentar e a soberania do país a interesses geopolíticos alheios à nação.

